

**A RECONSTITUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DO NÚCLEO COLONIAL
ANTÔNIO PRADO EM RIBEIRÃO PRETO: DA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE ÀS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS**

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Arquiteta, Mestre em Engenharia Urbana e Doutora em Ciências Sociais (UFSCar-SP), Professora do Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado (DEHA), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU – UFAL
dricapretz@hotmail.com

Max Paulo Giacheto Manhas

Arquiteto, Bolsista CAPES de Mestrado DEHA – FAU – UFAL
mmanhas@yahoo.com

RESUMO

O trabalho apresenta a reconstrução física, histórica, social e econômica da área que teve origem a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado, em Ribeirão Preto (SP), por meio de uma abordagem interdisciplinar: a pesquisa que teve início no campo da arquitetura e urbanismo (graduação), prosseguiu pela Engenharia Urbana (mestrado) e finalizou nas Ciências Sociais (doutorado), estabelecendo interfaces com a história, planejamento e desenho urbano, economia e sociologia. Utilizando-se principalmente de fontes primárias inéditas - mapas de evolução urbana, títulos de propriedade, atas de associações, registros de impostos sobre indústrias e profissões e inventários *post-mortem*, - complementadas por fotografias e relatos orais, a pesquisa reconstituiu a trajetória de uma área que foi planejada para funcionar como “viveiro de mão-de-obra” para as lavouras de café paulistas do final do século 19 e foi responsável pela primeira expansão urbana da cidade, servindo de “depósito” para tudo o que deveria ser “invisibilizado” pela burguesia dominante na época: imigrantes, pobres e operários, os quais, juntamente com equipamentos de saúde e fábricas, que deveriam ser afastados do convívio com a população, por meio do isolamento geográfico. Paralelamente, o estudo mostrou as estratégias adotadas pelos moradores do núcleo colonial, em sua maioria imigrantes italianos, para reconhecerem-se como “italianos no Brasil” e serem reconhecidos pela antiga população, que os desejava para o trabalho mas não para o convívio. Além das transformações físicas e econômicas, o impacto marcou sobretudo o âmbito cultural, com a mudança nos hábitos construtivos, alimentares, de lazer, nos métodos e processos de trabalho. Como resultado, a pesquisa inaugurou na cidade uma linha de pesquisa e investigação até então inédita, voltada para o estudo do trabalho do

imigrante urbano, já que a maior parte dos estudos sobre imigração e trabalho volta-se para o meio rural, bem como da história das personalidades da oligarquia cafeeira.

Palavras-chave: Núcleos coloniais. Imigração. Urbanismo sanitarista.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve início em 1999 com o Mestrado em Engenharia Urbana e finalizou em 2007, com a Tese de Doutorado em Ciências Sociais, data que também marcou os 120 anos de fundação do Núcleo Colonial Antônio Prado. Ao longo de dez anos, foram produzidos diversos materiais (entre artigos e livros) que apresentaram o assunto - até então inédito - a toda a população de Ribeirão Preto, bem como à comunidade acadêmica. Portanto, este trabalho também representou o esforço em divulgar não apenas um material inédito, mas principalmente, uma história de trabalho e luta dos trabalhadores urbanos que tanto contribuíram para que a economia de Ribeirão Preto se mantivesse estável, mesmo em períodos de crise.

As fontes empíricas utilizadas, inéditas em quase sua totalidade, serviram como base para a reconstituição física e social de uma área até então inédita na historiografia de Ribeirão Preto, e foram encontradas nos acervos do Arquivo do Estado de São Paulo e outros municipais como o Arquivo Público e Histórico, Arquivo do Fórum, além de outros particulares ou institucionais, constando de: **1. requerimentos de lotes**, contendo informações sobre os candidatos a adquirir um lote no núcleo colonial; **2. títulos de propriedade** dos lotes, os quais permitiram o mapeamento físico de todos os duzentos lotes do Núcleo Colonial; **3. inventários *post mortem*** de trinta habitantes do Núcleo Colonial Antônio Prado e de seus descendentes até a terceira geração, os quais forneceram informações complementares acerca das profissões, locais e datas de nascimento dos primeiros proprietários de lotes; **4. entrevistas** aos descendentes dos primeiros moradores, as quais preencheram as lacunas deixadas pelos documentos oficiais e mapas estudados, bem como forneceram informações sobre o modo de vida dos imigrantes; **5. registros de Impostos de Indústrias e Profissões** dos anos de 1890, 1900, 1910, 1918, 1927, 1939, 1950 e 1962, para o levantamento daqueles moradores que possuíram algum tipo de comércio, indústria ou estabelecimento de prestação de serviços na área; **6. artigos de jornais locais**, os quais possibilitaram uma visão mais clara e dinâmica da realidade cotidiana da época; **7. atas de associações de imigrantes**,

por meio das quais foram verificados os níveis de participação dos moradores do núcleo nas instituições recreativas e beneficentes; **8. iconografia**, constituída de mapas, fotos e demais imagens de época que demonstram o modo de vida dos moradores da área em questão e a evolução no desenho urbano da cidade; **9. Códigos de Posturas** de 1889, 1902 e 1921, para mostrar a evolução da legislação municipal no empenho de controlar, manter a ordem e a salubridade no espaço urbano, em função do aumento populacional gerado pela imigração, das epidemias que assolaram a cidade e também na apresentação da imagem de uma cidade saneada e embelezada, que chegou a ser o maior centro produtor de café do país; **10. almanaques**: auxiliaram na obtenção de números sobre estabelecimentos de diversas naturezas na cidade, além de exibir propagandas de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços na área de estudo.

Como resultado, foi feito o mapeamento de todo o Núcleo Colonial Antônio Prado, desde sua formação, com a indicação dos lotes e seções, bem como sua evolução dentro do processo de urbanização da cidade, acompanhada de toda a caracterização socioeconômica da área que deu origem a toda zona norte, destinada, desde o início, à aglomeração da classe operária e imigrante de Ribeirão Preto.

2. Estratégias para a criação de núcleos coloniais

O Município de Ribeirão Preto, fundado em 1856, teve sua fase de consolidação econômica a partir do último quartel do século XIX, em função das atividades geradas pelo complexo cafeeiro, chegando a uma primeira expansão urbana já em 1887, com a criação do Núcleo Colonial Antônio Prado.

A expansão cafeeira pelo chamado “Oeste Paulista” agravou a crise no sistema escravocrata iniciada com a expansão industrial, pois a escravidão era incompatível com o capitalismo emergente. Com o sistema de escravidão ameaçado, a solução para a falta de braços para a lavoura havia sido encontrada desde a primeira década do século XIX, com a primeira tentativa do governo imperial na implantação de núcleos coloniais: a estratégia consistia na contratação de trabalhadores assalariados europeus, e a forma fixá-los ao país seria por meio da distribuição de pequenas propriedades. Os núcleos coloniais desempenhariam a função de “germens” de futuras cidades, uma vez que havia necessidade de povoamento e estruturação social do país, por meio de uma classe

média que deveria ser formada por um novo elemento nacional, diferente do negro, seguindo planos do governo imperial para “embranquecimento” da população brasileira.

Para viabilizar esta operação, desde 1850 havia sido criada a “Lei de Terras”, que ordenava a demarcação das terras realmente cultivadas e disponibilizava aquelas incultas (as chamadas devolutas ou terrenos nacionais) para a formação dos núcleos coloniais, assim como convertia a terra em capital – principal objetivo da lei - substituindo a garantia de crédito hipotecado que o escravo representava ao fazendeiro. Com a terra capitalizada, o acesso seria permitido apenas aos que dispunham de meios para obtê-la, consolidando de vez a posse apenas por parte de uma elite latifundiária. Entretanto, utilizando-se todo tipo de fraudes nos registros oficiais, os fazendeiros (sobretudo cafeicultores paulistas) trataram logo de comprovar a posse das melhores áreas, e as terras devolutas que seriam destinadas à criação dos núcleos coloniais foram escassas, em terrenos inférteis, localizados longe dos centros urbanos. Ao lado da corrente que defendia a imigração para “colonização”, ou seja, o povoamento de extensas áreas ainda não ocupadas do Brasil através da fixação do imigrante, facilitando seu estabelecimento e tornando-o pequeno proprietário, como aconteceu nas regiões sulinas, outra corrente, que teve atuação principalmente no Estado de São Paulo, encontrava na imigração apenas o suprimento da falta de braços para o café.

Entretanto, no auge da monocultura cafeeira, os gêneros de subsistência no Estado de São Paulo ficaram escassos e cada vez mais caros; além disso, a dificuldade de fixação do imigrante às fazendas havia se tornado um problema, devido às condições a que eram submetidos, semelhantes às dos escravos. Isso fez com que na segunda metade da década de 1880 os fazendeiros paulistas cedessem ao projeto de disponibilização da pequena propriedade aos imigrantes, resultando na fundação de vinte núcleos no Estado de São Paulo entre 1885 e 1911. Entre eles, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão Preto no ano de 1887. A proposta era que servisse como “viveiro de mão-de-obra” para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira.

Um regulamento aprovado pelo governo imperial desde 1867 estipulava um projeto para os núcleos coloniais. Neste caso, a área foi dividida em duzentos lotes dispostos em cinco partes, sendo uma sede, com lotes menores – também chamada “seção urbana”, concebida para funcionar como uma administração do núcleo – e quatro

seções, formadas por lotes “rurais”, que eram maiores. O valor do metro quadrado dos lotes da sede era dez vezes superior ao valor da mesma área em uma das quatro seções “rurais” e para adquirir um, era necessário que o candidato exercesse algum tipo de ocupação urbana. A configuração espacial do núcleo colonial dava claros sinais que posteriormente viria a se tornar uma parte integrante e importante economicamente para a cidade, visível a partir do traçado das ruas e lotes, da existência de uma sede destinada para área urbana, das dimensões dos lotes urbanos e rurais, diferença do valor entre eles e da proximidade com a linha férrea para escoamento dos produtos.

O Núcleo Colonial Antônio Prado foi locado nas terras devolutas de várzeas, as quais, juntamente com a Estrada de Ferro da Mojiana, constituíram importantes condicionantes físicos para o seu desenho final. Quando o núcleo foi implantado, a área urbana de Ribeirão Preto contava apenas com algumas ruas localizadas ao redor do Largo da Matriz, conforme mostra a Figura 1.

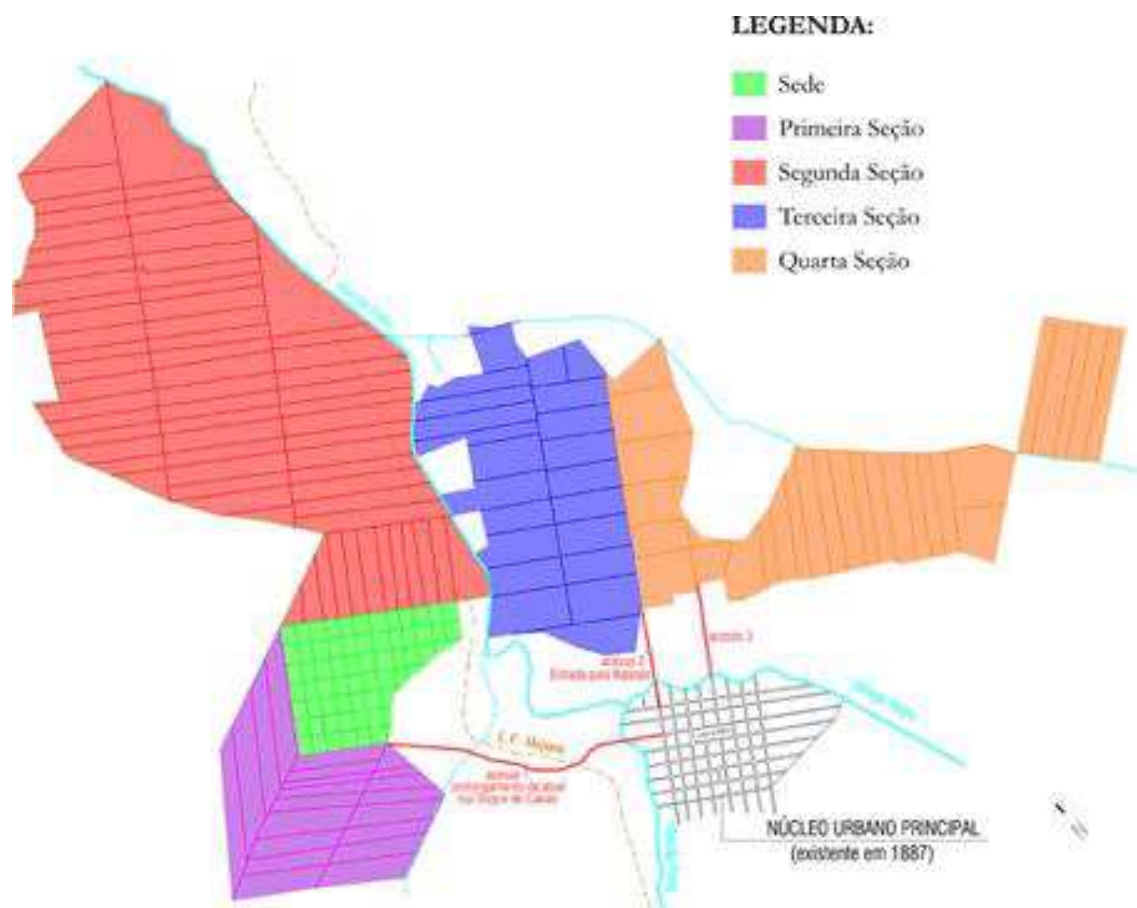


Figura 1: Núcleo urbano principal de Ribeirão Preto e Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887 (Desenho da autora, 2006)

Inicialmente, os lotes do núcleo colonial funcionavam apenas como chácaras, abastecidas pelos córregos da região, onde os imigrantes produziam milho, arroz, feijão, fubá e criavam animais, utilizando-se da estrada de ferro Mojiana para escoar a produção para outros municípios. A propriedade havia sido adquirida sob condição de cultura e morada efetiva e outras obrigações que deveriam ser rigidamente cumpridas, com a pena de perda do lote pelo não cumprimento. Chamam a atenção, contudo, algumas características da diversificação das atividades urbanas praticadas na área do núcleo colonial, que não necessariamente tinham vínculo com a produção cafeeira: até a década de 1920, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da comercialização dos excedentes da pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional, como diversas fábricas de refrigerante, de caramelo (para atender a produção de bebidas), de cerveja, sabão e cadeiras. Da mesma forma, havia uma multiplicidade de segmentos de serviços e manufactureiros que serviam como suporte da produção e circulação de mercadorias, como os motoristas de “carros de aluguel” e as oficinas de carroças. No ramo da construção, além da concentração de mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, observou-se a presença de olarias e depósitos de materiais. Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços, os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda após a emancipação em 1893, quando os lotes originais puderam ser comercializados sem a intervenção do Estado.

3. Saneamento x isolamento: a “geografia social” da cidade

Ribeirão Preto, que constituía um povoado ainda tímido, apesar de sua localização privilegiada no Estado, também assistiu o início de sua modernização e expansão a partir da chegada da Mojiana em 1883 em função da expansão cafeeira. Até então, as modificações urbanas haviam acontecido lentamente. A partir daí, teve início uma série de obras de infra-estrutura urbana.

Cabia ao Estado reverter uma tendência patológica e moral, controlando os aparelhos de salubridade e de higiene para “domesticar” os efeitos e modificar assim as

normas de funcionamento da casa. Entre esses aparelhos, estava a canalização de esgotos, a drenagem de água estagnada, responsável pela umidade das habitações, a distribuição da água pura a domicílio, a organização da evacuação das águas servidas, a limpeza das ruas e a coleta de lixo, garantindo assim, livre circulação do ar e da luz. Entre as soluções técnicas estava incluída a setorização dos equipamentos, de forma que na região central deveriam ficar apenas as residências; hospitais, cemitérios e tudo o que pudesse causar doenças, de acordo com a teoria dos miasmas, deveria ser afastado do contato com a população, bem como as fábricas e agentes poluentes.

O início de zoneamento levou à desigualdade no preço da terra e, portanto à política de exclusão, que visava expulsar focos de doenças – e também os pobres - do convívio com a burguesia. Aqueles que podiam pagar pela infra-estrutura e exigências construtivas ficavam na região central, privilegiada, servida de infra-estrutura e serviços urbanos. Os que não tinham condições, encontravam seu lote nas regiões periféricas, mais barato, junto às fábricas, cemitérios e todos os equipamentos que haviam sido afastados do contato com a população – do centro da cidade. Neste momento foi definida uma nova geografia nas cidades, social, e não mais espacial (MARICATO, 1982; PECHMAN, 2002).

Seguindo o pensamento higienista e a necessidade de destruição dos miasmas (os quais se encontravam nas habitações coletivas e insalubres da classe trabalhadora) como forma de destruir os odores da corrupção moral, as cidades também passaram a elaborar os seus “Códigos de Posturas”. Embora rudimentar, o Código de Posturas de Ribeirão Preto foi rápido ao abordar os limites entre esta área e o núcleo urbano principal, começando a delinear os contornos da “geografia social” da cidade, que destinou a área do núcleo ao território da pobreza.

A habitação operária era considerada o “ponto vulnerável” do sistema de defesa da higiene urbana. Por isso, o processo de desodorização do espaço urbano procurava disciplinar o proletariado e controlar os atos do trabalhador. A noção de conforto passou a ser associada à de civilidade. Rolnik (1997) explica que o chamado “modelo higiênico de habitação” consistia da casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos. A parcela da população que não tinha recursos para adquirir uma casa “higiênica”, partia à procura de terrenos de acordo com seu poder aquisitivo, que encontraria no Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, fora da área urbana. Assim, o isolamento dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, que veio a constituir a

zona norte pobre da cidade, não se deu unicamente devido à divisão física imposta pelo Ribeirão Preto ou pela Estrada de Ferro, mas estes limites sempre serviram como justificativa para a exclusão a que lhes foi imposta, desenhando-se então, o fundamento de uma geografia social da cidade, que perdura até os dias atuais, da qual não se consegue mais escapar: o vetor de expansão sul, configurando a centralidade da elite, concentrando valores imobiliários altos, habitações luxuosas, alto consumo e mais investimentos públicos; no sentido oposto, a partir da chamada “baixada”, onde se encontram os edifícios decadentes da área central, foi delimitado o território da pobreza, entre os bairros que tiveram origem do Núcleo Colonial Antônio Prado (SILVA, 2006, p.109).

Entretanto, os condicionantes físicos naturais e artificiais – os trilhos da Mojiana, o Ribeirão Preto, a estrada para Batatais e o córrego Retiro Saudoso - foram secundários quando comparados à segregação imposta pela legislação urbana local, a começar pela localização em sua área dos equipamentos de saúde e fábricas que deveriam, em princípio, ser afastados do contato com a população. Além disso, apesar da quantidade de pessoas que ocupavam os lotes inicialmente como chácaras, a infraestrutura urbana nunca alcançou devidamente todas as suas seções. Ambos os fatores contribuíram para a desvalorização daquelas terras tão logo entraram para o mercado imobiliário. Além de obras de embelezamento, deveriam ser “afastados” do contato com a população – entende-se da elite - todos os possíveis agentes de contaminação. O primeiro passo foi a remoção do Cemitério que se encontrava na zona privilegiada da cidade para o Núcleo Colonial Antônio Prado, que constituía a “cidade invisível”, segundo Lapa (1995):

A perversa contradição é que não dava para viver sem essa gente, isso é, o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de alguma maneira – indigentes ou criminosos, estropiados e leprosos, prostitutas ou bandidos, vivos ou mortos. Então, se não era possível eliminá-los, como hoje em dia parece ser para muitos o caminho mais fácil..., que fossem invisibilizados, remetidos para a cidade invisível, que se contrapunha à cidade visível, bem-comportada e saudável que se pretendia (LAPA, 1995, p.325).

Assim como o Cemitério, o Hospital de Isolamento de Leprosos, Cemitério dos Leprosos e Variolosos, Matadouro Público, seguido de outros hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades beneficentes. A falta de

investimentos de infra-estrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica social imposta pelas leis sanitárias do Município.

O Núcleo Colonial Antônio Prado também contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo para a população que se deslocou para aquela área. Artigos que a indústria não supria ou cujos lucros não compensavam o alto custo com o transporte, passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de “fundo de quintal”: fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens. Mas apesar desta atividade espontânea, a verdadeira “vocação industrial” que a área apresentou foi resultado do Artigo 54 do Código de Posturas de 1889, que proibia que fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública eram proibidas dentro da povoa o, mas não restringia sua constru o na área dos imigrantes.

Em boa medida, os habitantes do Núcleo Colonial Antonio Prado mantiveram as características de bairros rurais ou seja, constituíram uma agricultura de subsistência ao mesmo tempo em que a cidade se modernizava. Entretanto, não permaneceram no isolamento geográfico e econ mico; constituíram um grupo de vizinhança em “habitat” disperso, mas com um traço psicológico marcante: o “sentimento de localidade”, estabelecendo sociabilidades próprias. Entre as primeiras atividades urbanas exercidas, destacaram-se na presta o de serviços como carroceiros e vendedores ambulantes, evidenciando sua tentativa de sociabiliza o com a cidade, sem que o oposto acontecesse.

A religião foi um meio pelo qual os imigrantes estabeleciam entre si laços de união e sociabilidade e reforçaram sua identidade perante eles e o restante da cidade, tão logo se estabeleceram no núcleo. Majoritariamente católicos, encontraram na religião um refúgio e um ponto de referência estável em suas vidas em novas terras. Por isso, preservaram o hábito de participar de missas e de festejar os santos da igreja católica. Em 18 de outubro de 1892, os moradores se reuniram em um abaixo-assinado pedindo o lote 7A da Sede, juntamente com algum auxílio financeiro, para a constru o de uma capela. Há relatos da participa o dos moradores do núcleo na constru o das outras maiores igrejas da cidade, que são a Catedral Metropolitana (entre 1904 e 1911) e a Santo Antônio de Pádua. Segundo seus descendentes, isso constituía muito mais do que

um trabalho, mas um ato simbólico religioso, havendo muita união e empenho para a concretização da obra. Desde essa época, a área abriga as festas mais típicas dos santos italianos: Festa de Santo Antônio de Pádua e de São Genaro e, até cerca de trinta anos atrás, além das tradicionais quermesses, eram comuns as festas de sanfoneiros, narradas por diversos moradores antigos. Além da religião, outra forma de reforçarem os laços era por meio das associações de socorros mútuos e por meio das atividades recreativas, como o “Palestra Itália Futebol Clube” e as escolas de samba mais tradicionais da cidade.

A trajetória do núcleo ultrapassou o objetivo inicial de sua fundação, o de constituir um “viveiro de mão-de-obra” para a lavoura de café e abastecer a cidade com gêneros de subsistência durante o auge da monocultura cafeeira. Converteu-se em “cidade invisível” às classes abastadas, abrigando as categorias que “precisavam” ser ocultadas. Resolveu-se desse modo um problema da elite que, embora necessitasse de operários e imigrantes para o trabalho, não os desejava para seu convívio: assim sendo lá os confinaram, para que não fossem vistos. Entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre da cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residia grande parte dos trabalhadores. Uma “metrópole moderna e progressista”, como bem anunciavam os almanaques que faziam propaganda de Ribeirão Preto ao exterior, era restrita à burguesia local e construiu ao longo dos anos, uma cidade para poucos, tendo o urbanismo como aliado na manutenção dessa lógica.

REFERÊNCIAS

LAPA, José Roberto do Amaral. **Cidade: os cantos e os antros:** Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995.

MARICATO, Ermínia (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente Vigeadas: O Detetive e o Urbanista.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão**. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Carlos: UFSCar, 2007. 270 f.